



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**1.1.** Aquisição de equipamentos táticos, visando atender às necessidades do Comando de Operações Táticas, do Departamento de Polícia Federal, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE
1	Óculos de proteção balística	100
2	Magnificador 3X	100

**2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**2.1. Óculos de proteção balística**

**a. Características mínimas:**

- Deve atender ou exceder os padrões de impacto fragmentação balísticos MIL PRF-31013, cláusula 3.5.1.1, e os requisitos de impacto de alta massa & alta velocidade da ANSI Z87.1-2003/2010;
- Compatibilidade para utilização simultânea com sistemas de comunicação sobre-orelha e proteção auditiva;
- Possuir revestimento anti-embaciamento nas lentes;
- Deve possuir tecnologia de alta definição *Optics* ou similar com o objetivo de manter a clareza em todos os ângulos de visão, não só para a frente;



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**  
**COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS**



- Todas as lentes opcionais são feitas de policarbonato de alta pureza ótica com grau de proteção de 100% contra raios UVA, UVB, UVC e luz azul nociva até 400nm em comprimento de ondas;
- As lentes devem possuir tecnologia geométrica Polaric Ellipsoid ou similar;
- Almofada para nariz do tipo hidrofílica para ajuste seguro do óculos, em condições de chuva ou úmidas;
- Lentes limpas devem possuir transmitância de luz visível de no mínimo 89%, adequado para uso em condições de pouca luz ou nenhuma luminosidade;
- lente cinza devem possuir transmitância de luz visível de 15%, adequado para uso em condições de intensa luminosidade; atendendo os requisitos MCEPS para neutralidade e cromaticidade;
- As lentes devem ainda possuir alta cobertura periférica;
- Sistema de troca de lentes sem o uso de ferramentas;
- Compatível com uso simultâneo com equipamentos de visão noturna;
- Compatibilidade com o capacete balístico da marca OPS-CORE Fast Ballistic helmet de dotação do Comando de Operações Táticas;
- Armação do óculos com resistência química e de impacto no padrão de camuflagem MULTICAM;
- Kit deve incluir:
  - ✓ 01 Armação;
  - ✓ 01 Lente Transparente;
  - ✓ 01 Lente na cor cinza;
  - ✓ 01 Estojo semi-rígido para armazenamento;
  - ✓ 01 Pano para a limpeza das lentes.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS



- **O equipamento deve ser igual ou similar ao da marca OAKLEY modelo SI BALLISTIC M FRAME 3.0 (MULTICAM W/ CLEAR & GRAY) – OO9146-24.**



Foto meramente ilustrativa



Foto meramente ilustrativa

## 2.2. **Magnificador 3X**

### a. **Características mínimas:**

- Deve possuir aumento fixo de no mínimo 3 vezes;
- Deve ter campo de visão de pelo menos 7 graus (Field Of View – FOV);
- Deve possuir *Mount Switch To Side* (STS) **ou similar**, ambidestro que permita o rebatimento rápido do magnificador para o lado (para destros e sinistros);
- Deve possuir *Mount* compatível com trilho picatinny/mil-std-1913;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS



- Peso máximo de 260 gramas (magnificador + mount);
- Deve ser à prova d'água (mínimo de 10 metros de profundidade);
- Deve possuir ajustes horizontal e vertical para alinhamento com mira holográfica;
- Deve possuir *Eye relief* em um campo de 5° de no mínimo 40mm e no máximo 90mm;
- Deve possuir comprimento máximo de 110mm;
- Altura de no máximo 41mm;
- O sistema óptico deve revestido com material anti-reflexivo;
- As lentes internas devem ser à prova de embassamento;
- O acabamento deve ser não-reflexivo, com revestimento de borracha;
- Deve ser resistente a temperaturas entre -40°C a 60°C, pelo menos;
- O dióptro deve ser ajustável para regulação de foco;
- Deve ser compatível com miras holográficas Eotech;

**Nota:** O equipamento deve ser **igual ou similar** ao da marca **Eotech modelo G33** ou a da marca **AIMPOINT modelo 3XMAG**.



Fotos meramente ilustrativas



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**  
**COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS**



### **3. JUSTIFICATIVA**

**3.1.** O Comando de Operações Táticas – COT desempenha operações táticas em ambiente de alto risco, em ações que envolvem combate ao tráfico de drogas, roubo de cargas, assalto a banco, apoio a Operações marítimas da DEPOM – Delegacia de Polícia Marítima, operações fluviais nos estados, levantamentos de inteligência e contra-inteligência.

**3.2.** A aquisição dos equipamentos objeto deste Termo de Referência permitirá uma atuação mais segura dos policiais lotados no COT, durante as operações em que participam, mantendo-os devidamente equipados, e em condições de atender as demandas de apoio às Unidades Centrais e Descentralizadas da Polícia Federal. A aquisição destes equipamentos preservará a integridade física dos policiais e de todos os envolvidos, gerando uma economia ao Estado, mais segurança e eficiência para o policial e a sociedade.

**3.3.** Devido ao seu papel de protagonista na atuação do combate ao tráfico de drogas, roubo de cargas e assalto a bancos, os operadores deste grupo tático necessitarão de equipamentos especiais para o enfrentamento de situações do mesmo porte.

**3.4.** A quantidade de 100 unidades foi dimensionada levando-se em consideração o efetivo que normalmente se utiliza para fazer frente às missões onde esse tipo de equipamento deva ser utilizado. O número de operadores, hoje, lotados no Comando de Operações Táticas é de 100 (cem) servidores.

**3.5.** Sendo assim, torna-se imprescindível para o Comando de Operações Táticas, a aquisição dos materiais objeto deste Termo de Referência.

**3.6.** Os recursos para as aquisições solicitadas no presente Termo de Referência serão oriundos da Secretaria Extraordinária para Segurança de Grandes Eventos – SESGE, por meio de descentralização à Polícia Federal, conforme Termo de Cooperação celebrado entre esses dois órgãos.

### **4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

**4.1.** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS



## **5. DA NECESSIDADE DE LICITAÇÃO INTERNACIONAL**

**5.1.** Tem-se verificado que a atividade fim do Comando de Operações Táticas exige uma série de equipamentos especiais que em sua quase totalidade são produzidos fora do território nacional.

**5.2.** Verifica-se, da mesma forma, que os equipamentos objeto do referido termo, não são atualmente produzidos pela indústria nacional, além de não possuírem modelos similares que tenham especificações técnicas compatíveis, consoante pesquisa realizada pelo Comando de Operações Táticas;

**5.2.1.** A não identificação de produtos nacionais, por parte da área técnica, que atendam as especificações do presente Termo de Referência, não impede em nenhuma hipótese a participação de licitantes nacionais no certame, caso possuam condições de ofertá-los.

**5.3.** Na maioria dos casos, as aquisições de equipamentos importados são feitas por intermédio de empresas nacionais, que ao comercializar o produto, acabam majorando os seus preços, ou em face da tributação que recai sobre o produto importado, ou em decorrência do lucro que visa à sociedade empresarial.

**5.4.** Constata-se neste caso a necessidade de otimização dos recursos financeiros, objetivando a aquisição de bens e produtos de qualidade, com um custo menor.

**5.5.** Isto é possível por intermédio da licitação internacional, em que a administração irá adquirir os produtos diretamente do fabricante estrangeiro, tendo em vista não serem produzidos em território nacional, ampliando assim a competitividade do certame;

**5.5.1.** Da mesma maneira, **a forma presencial** deste tipo de pregão garante a participação de empresas estrangeiras na licitação tendo em vista a impossibilidade das mesmas participarem por meio eletrônico. Conclui-se que a realização do pregão internacional exige-se que seja na forma presencial, visto que a forma eletrônica ainda não é possível.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS



## **6. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO**

**6.1.** O fornecimento será efetuado **em remessa única**, com prazo de entrega não superior a **120 (cento e vinte) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

**6.2.** O atraso na entrega, sem justificativa e prévia comunicação aceita pelo Departamento de Polícia Federal, implicará nas sanções previstas na legislação e no contrato.

**6.3.** O material deverá ser entregue no AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA, S/Nº - Área Especial – Lago Sul – Brasília DF, de segunda a sexta-feira, no horário comercial, **no caso de licitante estrangeira;**

**6.3.1.** No caso de licitante que ofereça produto nacional ou nacionalizado, o local de entrega será no SAIS Área Especial 07 – Lotes 23/27 – Setor Policial Sul – Comando de Operações Táticas – CEP: 70.610-200, de segunda a sexta-feira, no horário comercial.

**6.4.** Os bens devem ser entregues lacrados, em sua embalagem original, contendo marca, fabricante e procedência.

## **7. DA GARANTIA**

**7.1.** A contratada deverá prover garantia total mínima de 12 (doze) meses, incluindo as manutenções preventivas, conforme manual do fabricante ou outras manutenções mandatórias em cumprimento de documentos emitidos pelo fabricante ou órgãos regulamentadores, e a manutenção corretiva correspondente à garantia técnica ofertada, disponibilizando o fornecimento de materiais de consumo e serviços correlatos.

**7.2.** O prazo de 12 (doze) meses a que se refere o item 7.1 ficará suspenso pelo mesmo período em que o equipamento permanecer inoperante em decorrência do serviço de garantia técnica.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS



**7.3.** A garantia de técnica exigida deverá ser apresentada através de declaração expressa do licitante, contendo claramente as exigências estabelecidas e as condições de sua execução, firmada por seu representante legal no Brasil, e acompanhada dos respectivos documentos de delegação de poderes, tradução juramentada no Brasil, notariação e consularização, conforme aplicável.

**7.4.** A garantia técnica contra quaisquer defeitos de fabricação será considerada a partir da data de recebimento definitivo do equipamento, sendo composta de serviços de reparo ou reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, de todo o equipamento e seus acessórios, salvo se constatada e comprovada a indevida utilização do equipamento pela contratante, situação em que o ônus da prova de mau uso recairá sobre a contratada incluindo os custos para emissão de laudos técnicos e demais despesas relacionadas à constatação e comprovação da indevida utilização pela contratante.

**7.5.** As despesas relativas à movimentação de componentes portadores de defeito de fabricação, dentro do país, ou do Brasil para o país de origem e do país de origem para o Brasil, incluindo, mas não se limitando a fretes, tributos, seguros, “handling”, taxas e emolumentos. Englobando-se nesse rol, aquelas referentes ao envio das mesmas peças defeituosas para execução da garantia, durante o período de 12 (doze) meses, são de responsabilidade exclusiva da contratada.

**7.6.** Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser entregues com toda a documentação necessária para a sua legal utilização no Brasil.

**7.7.** Deverá ser disponibilizada, impressa e/ou digital, a documentação técnica especializada, no idioma português, abrangendo todos os aspectos técnicos, funcionais e operacionais necessários a completa e correta operação e manutenção do objeto.

**7.8.** Qualquer equipamento que, nesse período, apresentar defeito decorrente da fabricação ou do material utilizado, deverá ser repostado sem custo para o Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

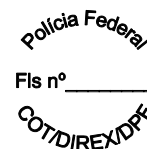
## **8. AVALIAÇÃO DO CUSTO**

**8.1.** O valor **total** máximo que a Administração se dispõe a pagar é **R\$ 224.856,10 (duzentos e vinte e quatro mil e oitocentos e cinquenta e seis reais e dez centavos)**, o equivalente a





DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS



**US\$ 86.740,00 (oitenta e seis mil e setecentos e quarenta dólares). Taxa de câmbio do dia 08.12.2014, onde US\$ 1,00 = R\$ 2,5923.**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
1	Óculos de proteção balística	100	R\$ 561,67	R\$ 56.166,50
2	Magnificador 3X	100	R\$ 1.686,90	R\$ 168.689,60
VALOR MÁXIMO GLOBAL				R\$ 224.856,10

**8.2.** O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas do ramo, constantes dos autos do processo, e tendo vista franqueada aos interessados, conforme endereço e horário disponibilizados no subitem 24.20, do Edital.

**8.2.1.** Utilizaram-se orçamentos de fornecedores dos equipamentos e de sítios eletrônicos, já que em pesquisa ao portal de compras do governo não foi localizado nenhum procedimento que licitasse o material com as características mínimas semelhantes.

## **9. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA**

**9.1.** Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida por meio do envio de documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a apresentação de amostra, sob pena de não aceitação da proposta.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS



**9.1.1.** A referida apresentação deverá ocorrer em local indicado pela Administração, no prazo máximo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da solicitação. Sendo esta apresentação feita à equipe técnica demandante;

**9.2.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**9.3.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados, se for o caso, pela equipe técnica responsável pela análise.

**9.4.** Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**9.5.** Serão observados, pela equipe avaliadora da amostra, os seguintes critérios objetivos:

**a.** Atendimento às especificações constantes deste Termo de Referência, quanto a: material de fabricação, cor e demais características técnicas.

**9.6.** A amostra será computada no quantitativo a ser adquirido, desde que atenda exatamente às especificações requeridas.

## **10. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**10.1.** O recebimento será feito por Comissão composta por 3 (três) servidores da Coordenação do Comando de Operações Táticas/DIREX, da seguinte forma:

**10.1.1. Provisoriamente,** para efeito de posterior verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações;

**10.1.2. Definitivamente,** no prazo de **05 dias corridos** a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade dos equipamentos. A aceitação somente se efetivará após terem sido examinados e julgados em perfeitas condições e aprovados pelo COT/DIREX/DPF;



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS



**10.2.** Para o recebimento provisório será lavrado o respectivo Termo de Recebimento Provisório, circunstanciado, assinado pela Comissão e por preposto da contratada, indicando todas as características do processo de recebimento.

**10.2.1.** O Termo de Recebimento Provisório deverá compor-se das respectivas Notas Fiscais/Faturas Comerciais ou, no caso de importações, procedentes de contratada estrangeira, da fatura proforma (*proform invoice*).

**10.2.2.** A contratada, se estrangeira, deverá comunicar a Contratante, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis antes do embarque que o objeto encontra-se apto à verificação de conformidade.

**10.2.3.** O recebimento provisório será efetuado em, no máximo, 10 (dez) dias úteis, a contar da data da colocação dos equipamentos a disposição do servidor ou da Comissão para conferência de todos os equipamentos e acessórios do objeto licitado, para posterior verificação da conformidade com a especificação exigida.

**10.2.4.** O recebimento definitivo será em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, e após a verificação da qualidade e quantidade dos equipamentos e materiais, e consequente aceitação definitiva do objeto, cabendo a Contratada disponibilizar as condições necessárias para a verificação e teste dos equipamentos.

**10.2.5.** Não se incluem no Recebimento Definitivo a assistência técnica e garantia técnica, bem como as demais obrigações acessórias do contrato não exigíveis em prazo como *conditio sine qua non* para este recebimento.

**10.3.** A contratada obriga-se a prestar o objeto dentro do prazo estipulado no subitem 6.1 do Termo de Referência, de acordo com as especificações descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição dos mesmos quando constatado, por servidor ou Comissão de Recebimento do Departamento de Polícia Federal, no seu recebimento, ou após, não estarem em conformidade com as referidas especificações, garantida a faculdade de troca, às expensas exclusivas da contratada.

**10.3.1.** Os ensaios, testes, homologações, registros e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correrão por conta da contratada, caso seja necessário.



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**  
**COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS**



**10.4.** Recebido o objeto, se, a qualquer tempo, durante a sua utilização normal, vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata substituição dos mesmos dentro do prazo de reposição de 60 (sessenta) dias consecutivos, após a emissão das licenças, declarações e certificados de importação, assim como os demais trâmites alfandegários, às expensas exclusivas da Contratada; mantendo-se os direitos da Administração em razão de evicção ou vícios redibitórios.

**10.5.** O recebimento pelo contratante não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da contratada de executar o objeto de acordo com as condições contidas no Edital e na proposta, nem invalida qualquer reclamação que a contratante venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa ou fora da especificação, garantida a faculdade de troca.

**10.5.1.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil ou ético-profissional pela execução do contrato, inclusive quanto às obrigações acessórias.

**10.6.** O servidor ou Comissão rejeitará, no todo ou em parte, o objeto que estiver em desacordo com o contrato e instrumentos vinculados.

**10.7.** Toda a documentação referida deverá ser revertida em nome do Departamento de Polícia Federal, sendo a contratada ou seu representante legal no Brasil responsável pela respectiva obtenção nos órgãos competentes, seja no exterior ou no Brasil.

## **11. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**11.1.** Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, a SR/DPF/SP, quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a.** que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA EXECUTIVA  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS



**b.** que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

**c.** que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**11.2.** A comprovação do disposto **no subitem 11.1** e seus incisos poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

**11.3.** Todo o material será adquirido considerando a IN no 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, art. 5.º I, II, III e § 1.º, exceto aquele em que não se aplica a referida instrução.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1.** A Contratada obriga-se a:

**12.1.1.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

**a.** Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**12.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**a.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, o produto com avarias ou defeitos;



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS



**12.1.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

**12.1.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**12.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**12.1.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

**12.1.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**12.1.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

**12.1.9.** Fornecer equipamentos novos e de primeira qualidade;

**12.1.10.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados ao Departamento de Polícia Federal, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega dos materiais, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

**12.1.11.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo de imediato as reclamações.



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**  
**COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS**



**13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**13.1.** A Contratante obriga-se a:

**13.1.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

**13.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**13.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**13.1.4.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**14. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**14.1.** A fiscalização será realizada por servidor indicado pela Coordenação do Comando de Operações Táticas – COT/DIREX/DPF, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização, observando o constante nos § 1º e § 2º dos Art. 67 da Lei 8.666/93.

**14.1.1.** O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**14.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS



**14.3.** A Contratante reserva-se o direito de recusar-se a atestar a Fatura/Nota Fiscal se, no ato da apresentação, os materiais objeto deste Termo de Referência não estiverem de acordo com a descrição apresentada.

**14.4.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**15. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que, no decorrer da contratação:

**15.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**15.1.2.** Apresentar documentação falsa;

**15.1.3.** Comportar-se de modo inidôneo;

**15.1.4.** Cometer fraude fiscal;

**15.1.5.** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

**15.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a.** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**b.** Multa:





**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**  
COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS



**b.1.** Moratória de **até 0,2 %** (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias;

**b.2.** Moratória de **até 0,4%** (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

**b.3.** Compensatória de **até 10%** (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato.

**c.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**, pelo prazo de até dois anos;

**d.** Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**e.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**15.2.1.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**15.3.** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

**15.3.1.** tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

**15.3.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**  
**DIRETORIA EXECUTIVA**  
**COORDENAÇÃO DO COMANDO DE OPERAÇÕES TÁTICAS**



**15.3.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**15.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**15.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**15.6.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**15.6.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**15.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**15.8.** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

**15.9.** As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

Brasília, 9 de dezembro de 2014.